

# Dez anos de intervencionismo

6 Con. Brasil

Marcel Domingos Solimeo JORNAL DA TARDE

25 MAR 1996

O Plano Cruzado, que comemorou 10 anos em 28 de fevereiro, foi não apenas um programa de combate à inflação, mas o início de um ciclo de intervenções na economia que, acredito, seja sem paralelo na História de qualquer país, resultando em uma instabilidade institucional cujas consequências têm sido pouco avaliadas entre nós, afetando não apenas o dia-a-dia das empresas e das pessoas, mas seus patrimônios, sua capacidade de planejar e decidir os investimentos, a poupança e, até, o espírito empresarial.

O Cruzado congelou preços e câmbio, afetou contratos legítimos, impôs perdas aos detentores de ativos financeiros e criou uma nova moeda — o cruzado. O fracasso inevitável levou à adoção do "Cruzadinho" em junho, para assegurar uma "sobrevida" do plano até as eleições, vindo a seguir o Cruzado 2.

A deterioração das contas externas, em consequência do congelamento da taxa cambial e do aumento do consumo interno, levou o País à "moratória", que representou um dos principais custos dessa aventura. Em junho de 87 o Plano Bresser procurou, sem sucesso, conter a maior onda de insolvências até então registrada, e não conseguiu, dando origem ao "feijão com arroz", e em janeiro de 89, o Plano Verão. E,

depois, com a posse de Collor, em março de 90, o plano que levou seu nome e, além dos ingredientes dos anteriores — congelamento, desindexação, expurgo e criação de nova moeda, o cruzeiro —, promoveu o "bloqueio" dos ativos financeiros por 18 meses, além de uma tributação de 8% dos mesmos via IOF, provocando profunda desorganização do setor privado, levando à recessão. Em janeiro de 91, novo programa antiinflacionário, o Collor 2, repetindo congelamento e desindexação. E com a criação da

de 93 — o cruzeiro real. Com a ascensão de Fernando Henrique ao Ministério da Fazenda, ocorreu o lançamento da primeira fase do Plano Real, promovendo a superindexação da economia, para permitir a posterior desindexação. Em primeiro de julho, a criação da moeda — o real — com um plano que não promoveu congelamento de preços e de salários, mas não deixou de ser um plano altamente intervencionista, instituído por medida provisória, sucessivamente reeditada, que estabeleceu regras arbitrárias para

positivo em termos de taxa de inflação, mas extremamente decepcionante no tocante às finanças públicas, o que coloca em xeque seus fundamentos.

As empresas e as pessoas físicas ainda estiveram sujeitas, nessa década, ao IPMF, a "pacotes fiscais" anuais, a uma Constituição que aumentou os impostos e os encargos sociais e a centenas de decretos-leis e medidas provisórias que aumentaram a instabilidade das regras e da economia, enquanto o setor público aumentou significativamente suas despesas com pessoal.

As empresas que conseguiram sobreviver a esses dez anos de instabilidade, intervencionismo, demagogia e, em muitos casos, irresponsabilidade demonstraram uma capacidade extraordinária de adaptação e seus empresários deveriam ser condecorados.

Infelizmente não se pode alimentar a esperança de que o ciclo de intervencionismo e instabilidade iniciado no Plano Cruzado tenha chegado ao fim. Enquanto o setor público não tiver sido saneado estruturalmente, o setor privado estará sujeito a "pacotes fiscais" e a planos intervencionistas dos mais variados formatos.

## Ó RESULTADO DO REAL É BASTANTE POSITIVO EM TERMOS DE TAXA DE INFLAÇÃO, MAS DECEPCIONANTE NO TOCANTE ÀS FINANÇAS PÚBLICAS

TR, que funcionou como um indexador de contratos e operações financeiras.

A partir de abril de 91, com nova equipe econômica, começou a política de taxas de juro absurdamente elevadas, controle de despesas públicas na "boca do caixa" e aprofundamento da recessão e das insolvências...

O início do governo Itamar foi marcado por troca sucessiva de ministros da Fazenda e presidentes do Banco Central e a criação de uma nova moeda em agosto

contratos, inviabilizando financiamentos de longo prazo, como os do setor imobiliário. Por meio do Banco Central, promoveu brutal drenagem de recursos do mercado, cerca de R\$ 53 bilhões, com alíquotas elevadíssimas de recolhimentos compulsórios, até mesmo sobre empréstimos, tributação absurdamente alta das operações financeiras pelo IOF. E impôs restrições a atividades e operações, além de provocar taxas de juro "escorchantes".

O resultado do Real é bastante

Marcel Domingos Solimeo  
é economista e diretor do Instituto  
de Economia da ACSP